



BPI – Biblioteca Pública Independente
www.bpi.socialismolibertario.com.br
MAL-BH – Movimento Anarquista Libertário
www.socialismolibertario.com.br

A HISTÓRIA E OS MOVIMENTOS POPULARES

Desconhecido

1. Introdução

Pretende-se nesse trabalho estudar no ensino da história do Brasil a hegemonia do consenso, que nega os conflitos e a presença dos movimentos sociais na nossa sociedade e elogia a ação das elites dominantes e seus heróis. Vamos analisar a presença de um movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a sua luta por direitos sociais e como ele desenvolve um processo educativo e formador, articulado com o movimento da luta pela terra, pela reforma agrária e transformações sociais.

Neste processo, esse movimento constrói uma visão de história fruto de vitórias, derrotas, ensinamentos dos antepassados e de estudos.

2. O Ensino de História

O ensino de história enfrenta reformulações metodológicas que apontam questionamentos acerca dos princípios pedagógicos que lhe deram as características de um corpo disciplinar. A crise que se instaura na concepção do ensino da história está ligada à distância existente entre os conteúdos estabelecidos pela disciplina e as

demandas sociais. O que se evidencia é uma incoerência entre este ensino e a realidade histórica da sociedade brasileira.

Pensar, fazer e escrever história sempre foram ações intimamente ligadas onde a produção acadêmica determinava de uma forma ou de outra, o que deveria ser ensinado nas escolas. Elza Nadai descrevendo o lugar social da história como disciplina escolar identifica-a como um movimento de laicização da sociedade onde a necessidade de desvincular-se do saber religioso fez da história a legitimadora de todo o processo de constituição das nações modernas e dos estados nacionais. O início do século XIX, período da construção da disciplina, colocava para a história a tarefa de construir a origem da nação, sendo esta a referência de todo o aparato teórico e metodológico do discurso histórico, objetivando a reconstituição exata do passado. Esse movimento, particularmente europeu, marcava a necessidade de definir os limites de dominação da nação, sendo que o que tornava legítimo a história de

um povo era a relação com um passado clássico, greco-romano definidor do grau de civilização e da identidade nacional: “Assim a história inicialmente estudada no país foi a história da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira história da civilização. A história pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais do ginásio, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e batalhas.”¹

Desde então o ensino de história assume como tradição uma história política onde a nação coloca-se como uma fatalidade posta numa seqüência de continuidades, não havendo mudanças na estrutura social nem contradições. As imagens da história do Brasil sempre foram de consensos, negando sempre as raízes conflituosas da nossa realidade social. O ensino de história desconsiderava a presença política das classes dominadas e dos movimentos populares.

Toda a relação entre este ensino e o conceito de nação foi para perpetuar uma relação de domínio do Estado e das elites, tomando como natural as relações capitalistas e a dominação do capital.

É grande a discussão existente entre a constituição da história enquanto disciplina e a construção da nação como legado da tradição liberal européia. No Brasil, estudos recentes demonstram como foi complicada a construção da identidade nacional, no país onde a maior parte da população era formada por índios, negros e mestiços. Toda a construção desse povo se dá no sentido de negar o conflito. Uma outra característica da relação entre o ensino de história e a formação da nação é o caráter autoritário muito comum em períodos de nossa história, onde o poder de um Estado ditatorial determinava quem possuía a identidade nacional. Assim, diversos grupos sociais não entravam em discussão neste ensino, resultando na construção de uma história que escondia as desigualdades sociais.

1 – Nadai, Helza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. São Paulo, Revista Brasileira de História, V. 13, No 25-26, agosto de 1993, pg. 146.

3. As Novas Perspectivas no Ensino da História

As primeiras investidas contra esta concepção de ensino da história que nega essa realidade viva dos acontecimentos humanos aconteceu com a chamada “Escola Nova”. A consciência da nacionalidade não passa pela determinação de um nacionalismo baseado num passado de glórias, na força militar e na exclusão política e social. Para além das críticas referentes ao conteúdo de tal ensino colocava-se a crítica aos métodos baseados na excessiva memorização e na passividade do aluno. Mesmo com a formulação de várias críticas a este modelo já a partir da década de trinta, tais métodos predominaram pelo menos até o final da década de setenta.

A década de noventa vem rompendo com a forma linear de se conceber o ensino da história, o tempo histórico começa a ser visto através das categorias de simultaneidade e sucessão a fim de dar conta das multiplicidades culturais e das mudanças sociais, bem como da formação histórica de cada grupo social. O ensino de história passa a ter como esfera de atuação o social, entendido com um produto de ações conflitantes e forças contraditórias.

Críticas ao modo linear de ver o tempo histórico e ao modo totalizante de se conceber a história, vem tomando corpo não apenas sobre o conteúdo, mas também sobre os procedimentos metodológicos. O ensino de história passa a ser construído considerando as diferenças históricas das sociedades e grupos negando a uniformidade e a concepção da evolução progressiva. “A história tem sido temática e as propostas de ensino variam desde aquelas que propõem, numa perspectiva da dialética marxista o estudo das formações sociais, das totalidades contraditórias, até aquelas que têm como pressuposto a abordagem a partir do cotidiano, da microhistória, onde não se guarda nenhuma hierarquia nos assuntos.”²

Que tipo de história forma o cidadão, uma história onde os direitos são consensos doados por uma política assistencial ou uma história onde o conflito atravessa todas as esferas do movimento da construção de direitos?

2 – Idem, pg 159.

“O ensino da história deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtido em lutas constantes em suas diversas dimensões.”³

4. O MST: sua gênese e seus objetivos

“Os movimentos sociais possuem um potencial educativo as dimensões da organização política, a construção da identidade coletiva, a unidade em torno do motivos e dos objetivos da luta, da cultura política compõem uma força social coletiva no processo de formação e educação.”⁴

O Movimento dos Sem Terra, nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de setenta; foi sendo gestado no período de 1979 a 1984. criado formalmente no 1o Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1989 em Cascavel, Paraná.

Para compreender o nascimento do MST é preciso considerar as pressões objetivas da situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo, um conjunto de elementos sócio-culturais e políticos que participaram do processo de reação destes trabalhadores à sua situação objetiva e o desencadeamento de lutas localizadas com repercussão nacional que fortaleceram a idéia da articulação da luta pela terra no país. O MST é um dos herdeiros do processo histórico de resistência e de luta do campesinato brasileiro. É parte da história da luta pela terra no Brasil.

Desde sua gênese, os três grande objetivos do MST são: a luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais. Entre outros objetivos luta também pelo fim dos latifúndios, com definição de uma área máxima para a propriedade rural e uma política agrícola voltada para o pequeno produtor rural.

3 – Bittencourt, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. São Paulo, Revista Brasileira de História. Vol 9, Setembro de 1989, pg. 20.

4 – Gohn, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. São Paulo, SP, Cortez, 1999.

5. A formação e educação no MST

Uma das razões pelas quais o MST se constituiu como um importante movimento social no Brasil se deve ao papel que o estudo, a educação e a formação têm nesse movimento. “Para nós tão importante quanto distribuir terra é distribuir conhecimento”⁵. Mas a educação no MST não se limita à escola, luta-se pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais. A formação e educação interagem constantemente com a realidade dessas lutas e vai consolidando um projeto pedagógico através de uma relação dialética de prática-teoria-prática.

Este princípio educativo está sempre em movimento unindo “a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história”⁶.

As ocupações dos latifúndios⁷ são a principal forma de luta do MST. As ocupações são momentos muito ricos de formação. As ocupações, ao gerarem reações dos fazendeiros que acionam o poder judiciário (ou os pistoleiros) que aciona a polícia, que é comandada pelo governo, levam a manifestações da sociedade : os meios de comunicação, os aliados e os inimigos do MST. Esses conflitos trazem um material de formação sobre o funcionamento da sociedade; a tarefa da formação e da educação é fazer com que estes elementos sejam compreendidos por seus participantes. Isso não é suficiente, é apenas inicial, em que os trabalhadores sem terra se integram à luta e à formação.

A pedagogia do Movimento assume a prática educativa como objeto de reflexão através da práxis⁸ de uma pedagogia que forma sujeitos sociais que se identificam através de experiências coletivas como Sem Terra.

5 – Stédile, João Pedro. Brava Gente. SP, Ed. Perseu Abramo. 1999, pg. 76

6 – Caldart, Roseli. Lições de Pedagogia. Texto, RS, pg. 1

7 – Segundo o censo agropecuário de 1996 do IBGE, 2,4 milhões de pequenas propriedades ocupavam 2,2% da área total ocupadas por imóveis. As propriedades com mais de mil ha eram apenas 49 mil que ocupavam 45% da área total. O número de trabalhadores rurais sem acesso à terra somavam 12 milhões.

8 – “é a ação que para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa de reflexão, do auto questionamento da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.” Konder, Leandro. O futuro da Filosofia da práxis. RJ, Paz e Terra, 1992.

A educação acontece em processo com a participação nas marchas, assembleias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, ações de solidariedade. A educação procura recuperar a sociabilidade através de uma convivência prática da cooperação. A cooperação é incentivada e acontece na fase da luta pela terra e na fase de assentamento na produção agrícola e na luta por direitos básicos de cidadania. Nesta luta coletiva os excluídos vão se tornando cidadãos.

O MST luta pela escola pública na área rural e por construir uma nova pedagogia com 2 objetivos centrais: “1o desenvolver a consciência crítica dos alunos – com um conteúdo que leva à reflexão e à aquisição de conhecimento de mundo ampliada.... – transmissão da história e do significado das lutas e conquistas. 2o capacitação técnica dos alunos para o trabalho produtivo.”⁹

O setor de educação do MST foi criado em 1987, está organizado em 23 estados do Brasil, existem os coletivos nacional, estaduais e regionais.¹⁰

No texto “O MST e a Educação”, Roseli Caldart narra experiências do setor de formação, identificam o processo de formulação dos princípios pedagógicos e apontam os desafios enfrentados: um dos

princípios da escola é assumir a identidade do meio rural, combinando uma formação crítica com a inserção de estudantes e educadores nos processos de desenvolvimento rural projetados nos assentamentos¹¹ em que vivem e trabalham. assim esclarece Caldart: “esta especificidade tem ver com o novo currículo, com a relação afetiva entre a escola e a comunidade, entre educação, produção e cultura, valores, e com uma educação adequada aos trabalhadores desta educação”

9 – Morissawa, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo, Expressão Popular, 2001.

10 – “o setor de educação do MST está organizado em frentes de trabalho que são as seguintes: frente de educação infantil, de primeiro grau, de educação de jovens e adultos. De acordo com as demandas sociais, foram sendo criadas escolas e cursos formais, vinculados à municípios, estados ou universidades. Alguns deles: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e Escola de Ensino Supletivo de 1o e 2o Grau Josué de Castro com sede em Verianópolis -RS, Curso Superior de Pedagogia/ Ijuí-RS; Curso de Magistério na Paraíba e no Espírito Santo. Atualmente, são 1,200 escolas de ensino fundamental em que 2.800 educadores lecionam para cerca de 75.000 alunos.” Jornal Assentamentos do MST Concrabe. Agosto 2002, pg. 4

11 – “Hoje existem 200 mil famílias assentadas em mais de 7 milhões há libertos do latifúndios. Foram criadas 9 cooperativas centrais, 81 locais de produção, serviço e comercialização, 2 de crédito, 45 unidades agro-industriais. Essas famílias conquistaram direito ao trabalho, alimentação, habitação e escola. Conquistaram direitos de cidadãos. “ Texto do MST

A questão portanto não se dá somente no nível de uma luta pela escolarização, questão séria no meio rural, e sim no sentido de construir práticas educativas a fim de consolidar novas relações sociais, revendo valores e comportamentos. Portanto, o que se está construindo é uma educação organizada com base na realidade histórica e social do campo. Na definição de um currículo com base na realidade: “envolve a constituição de um ambiente educativo na escola promovendo aulas expositivas, estudo, pesquisa, trabalho produtivo, produções culturais e artísticas e atividades comunitárias. Os problemas e desafios dos assentamentos são objetos de estudo e de ação na escola e através dela produz conhecimento com valor de uso social na realidade concreta.”¹²

A educação do MST vincula-se ao projeto de vida dos trabalhadores rurais , reconstituindo um dos principais direitos sociais, possibilitando a luta pela permanência na terra e valorizando a cultura histórica do campo brasileiro. Miguel Arroyo, em seu texto “Educação Básica em Movimentos Sociais” coloca a questão da educação no campo como uma questão que passa necessariamente pela dinâmica dos movimentos sociais, isto porque o que se coloca é uma educação dos direitos, uma educação que só avança conforme a conquista de direitos sociais, como também conforme o processo de enraizamento das matrizes culturais pertencentes à história dos trabalhadores rurais: “o movimento social no campo representa um nova consciência os direitos à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos.”¹³

12 – Caldart, Roseli. O MST e a Educação. RJ, Vozes, 1997. pg. 236

13 – Arroyo, Miguel. Educação básica e movimentos sociais. DF, 1999, pg. 22. Coleção Por uma educação básica do Campo, vol. II

Portanto, esta educação vincula-se a um projeto de luta dos trabalhadores, onde os valores, a cultura, e o modo de vida fundamentam suas ações de resistência contra o projeto hegemônico das elites para o campo no Brasil.

6. Considerações

Ao contrário da visão hegemônica de ensino da História do Brasil, os movimentos sociais sempre estiveram presentes nela. A partir do final dos anos 70 e 80 as suas lutas ganharam mais força no cenário político brasileiro, constituindo-se em importantes atores de lutas por direitos e transformação social.

A exemplo do MST, fundado em 1984, a importância do estudo, da educação, permitiram o seu fortalecimento e a construção de um projeto político pedagógico referenciado na praxis.

7. Bibliografia :

* Anais do II Encontro de Professores Pesquisadores na área do Ensino da História. O ensino da história como objeto de pesquisa. RJ, Eduff, 1985.

* Arroyo, Miguel . A educação básica e os movimentos sociais no campo. Brasília, vol. II, 1999.

* Bittencourt, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. SP, Revista Brasileira de História, vol. 9, set/1989.

* Boletim de Educação n.4 – Escola, trabalho e cooperação.maio/1994.

* Caderno de Formação n. 31 – O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. Janeiro/1999.

* Caldart, Roseli. Educação em movimento. Formação de educadores(as) do MST. RJ, Vozes, 1997.

_____ Pedagogia do Movimento Sem Terra, RJ, Vozes, 2000.

* Fernandes, Bernardo Mançano e Stedile, João Pedro. Brava Gente. SP, Perseu Abramo, 2000.

* Gohn, Maria da Glória Fernandes. Os Sem Terra, ONG's e cidadania. SP, Cortez, 1997.

_____ Movimentos sociais e Educação. SP, Cortez, 1999.

* Kolling, Edgar e Caldart, Roseli. – O MST e a educação in Stedile, João Pedro (org) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, Vozes, 1997.

* Konder, Leandro. A filosofia da práxis- O pensamento de Marx no século XX – RJ, Paz e Terra, 1992.

* Nadai, Elza. O ensino da História do Brasil – trajetória e perspectiva. SP, Revista brasileira de História v. 13 n. 25/26. agosto de 1993.

Índice :

1. Introdução.

2. O ensino da História.

3. As novas perspectivas no ensino da História.

4. O MST : sua gênese e seus objetivos.

5. A formação e a educação no MST.

6. Considerações.

7. Bibliografia.